

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.188 - SP (2019/0355551-0)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : M C B  
**ADVOGADO** : WILLIAN FIORE BRANDÃO - SP216119  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por M. C. B. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido nos autos do HC n.º 2171828-69.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que foi instaurado inquérito policial em desfavor do Recorrente, para apuração de suposto delito previsto no art. 16 da Lei n.º 8.137/1990, em razão da prática das "*infrações descritas no AIIM nº 3.161.414-0 lavrado em decorrência do não recolhimento do ICMS referente a mercadoria importada por terceira empresa, em operação chamada 'sob conta e ordem', com desembaraço aduaneiro em Vitória, Espírito Santo*" (fl. 550).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, com a seguinte ementa (fl. 564):

"HABEAS CORPUS – CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA – SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE – TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL – IMPOSSIBILIDADE – ARQUIVAMENTO NÃO SE JUSTIFICA – INVESTIGAÇÃO POLICIAL AINDA EM CURSO – CRÉDITO TRIBUTÁRIO INSCRITO NA DÍVIDA ATIVA – PRESENTES OS ELEMENTOS MÍNIMOS PARA A INVESTIGAÇÃO POLICIAL – ORDEM DENEGADA."

Nas razões recursais, a Defesa alega a existência de flagrante constrangimento ilegal imposta ao Recorrente, uma vez que "[...] *a guerra fiscal travada pelos Estados não pode acarretar perseguição penal*" (fl. 578).

Sustenta a atipicidade da conduta, argumentando que "[...] *a operação glosada por outro ente da Federação que interpreta a norma de forma diferente, realizada dentro dos parâmetros como ocorreu no presente caso, com os recolhimentos de impostos imposto no desembaraço, lançamento nos livros fiscais, não pratica crime*

*e sim passa a ser vítima da guerra fiscal que não pode ser repassada ao contribuinte como forma de arrecadação ostensiva" (fl. 579).*

Requer, liminarmente, *"a suspensão do Inquérito Policial até decisão final da presente" (fl. 580).* No mérito, pleiteia o provimento do recurso para *"o trancamento do inquérito policial e ou ação penal" (fl. 580).*

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas. No caso, o acórdão ora impugnado, consignou que (fls. 566-571):

*"[...]*

*A discussão acerca da tipicidade ou não da conduta, que, nos termos da inicial, seria tão somente um meio legítimo de recolhimento de impostos no âmbito da conhecida 'guerra fiscal' existente entre os Estados da Federação Brasileira.*

*Entretanto, nos estritos limites do writ não é possível aprofundamento na análise do mérito da investigação policial em curso, limitando-se o remédio heroico a coibir constrangimento ilegal evidente e inquestionável, ou seja, clara afronta a algum direito subjetivo do paciente ou a expressa disposição legal.*

*Não é o caso destes autos.*

*Segundo as informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, já houve inscrição da dívida ativa, tendo o crédito tributário se tornado definitivo. Além disso, o inquérito policial somente não se encerrou porque a Justiça Pública requereu novas diligências (págs. 550/551).*

*No caso destes autos, com a inscrição definitiva do crédito tributário na dívida ativa e havendo elementos suficientes configuradores de ação criminosa, é dever funcional do delegado de polícia, o qual foi devidamente provocado pela Promotoria de Justiça de Repressão à Sonegação Fiscal (pág. 13), investigar os fatos e seus autores, instaurando inquérito, caso haja suspeita sobre determinada pessoa durante o inquérito.*

*Como se sabe, o procedimento, na fase inquisitorial, visa à apuração de materialidade e autoria em relação ao evento ocorrido. Assim, ainda que subsista o inquérito policial, este poderá não se transformar em ação penal, pois ainda será necessária a demonstração desses elementos pelo Promotor de Justiça no eventual oferecimento da*

*denúncia.*

*No presente caso, o fato ainda esta sendo apurado, para avaliar a licitude ou não da conduta do paciente, tomando as providências necessárias para tanto.*

*[...]*

*Ademais, reitero, o reclamo envolve questões de alta indagação, que ensejam análise de matéria probatória e de mérito, o que se torna impossível nos estritos limites da via eleita.*

*Assim, seria precipitado determinar o trancamento do inquérito policial neste momento, visto que a conduta imputada ao paciente, ao menos em tese, está descrita no rol dos crimes contra a ordem tributária, não se podendo afirmar, nos estritos limites de cognição do writ, eventual atipicidade.*

*Em conclusão, não se vislumbra, ao menos por ora, nenhuma ilegalidade ou constrangimento no ato da MMA. Juíza de Direito DIPO 3 – Departamento de Inquéritos Policiais e Policia Judiciária, da Comarca de São Paulo – SP."*

*Esta Corte já manifestou no sentido de que "[m]ostra-se indevido o trancamento do processo-crime pela via do habeas corpus, que é medida de exceção e só admissível quando emerge dos autos, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório, a atipicidade do fato, a ausência de indícios capazes de fundamentar a acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade, circunstâncias não evidenciadas no caso em apreço." (AgRg no RHC 102.121/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 16/09/2019).*

*Conclui-se, desse modo, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.*

*Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.*

*Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau, por meio das quais deverão constar o estágio atual do inquérito policial ou da ação penal, bem assim a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte a quo requeira a sua utilização.*

*Após, ouça-se o Ministério Público Federal.*

*Publique-se. Intimem-se*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora